



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011985-63.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Furto**
 Documento de Origem: **IP, BO - 155/2013 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 583/2013 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Ariel Henrique Gamito**

Aos 01 de junho de 2015, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **ARIEL HENRIQUE GAMITO**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Renato Ferraz Villela, em termo apartado. Ausentes a vítima Bruno Goulart de Matos e a testemunha de acusação Daniel Luis Evangelista. As partes desistiram da oitiva da vítima e da testemunha de acusação Daniel. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o acusado, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do artigo 180 do CP, uma vez que foi surpreendido por ter adquirido e conduzido uma motocicleta produto de furto. Procede a presente ação penal. Ao ser interrogado o réu admitiu que na ocasião citada na denúncia estava pilotando a moto e que a tinha adquirido, dizendo apenas que não conhecia a sua origem criminosa. O policial Renato, ao prestar depoimento nesta audiência, disse que o réu estava em poder da motocicleta, veículo este que ele constatou ser produto de furto. O furto da moto que foi encontrada com o réu vem demonstrado pelo boletim de ocorrência de fls. 3/4. O dolo quanto à receptação entendo ter ficado suficientemente demonstrado. Como é sabido dolo do crime de receptação deve ser aferido em razão de algumas circunstâncias existentes por ocasião da aquisição do bem. No caso, as circunstâncias indicam que o réu tinha conhecimento da origem criminosa do bem que adquiriu. Ele mesmo falou em audiência que o veículo era uma “cabritona” e mesmo assim resolveu adquirir e correu o risco de perde-lo. No caso, o réu já estava na posse desse veículo por alguns dias, como ele mencionou, estando o acusado rodando com esse veículo sem documento. Como é sabido todo veículo de origem lícita necessariamente deve estar acompanhado do documento expedido pelo órgão competente. No caso o réu adquiriu a moto sem esse documento, o que indicava a sua procedência ilícita. Por outro lado, conforme o depoimento do policial Daniel, a moto estava rodando com a chave mixa; o laudo de fls. 102, disse que a peça que foi encontrada e que era usada para dar partida na moto podia ser utilizada como chave falsa ou mixa no acionamento de fechaduras. Em função dessas circunstâncias é possível se extrai o dolo no crime de receptação. Ademais, o réu tem passagens por crime contra o patrimônio, o que reforça a sua experiência em identificar produto de crime. Isto posto requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a desclassificação do crime de receptação dolosa para o de receptação culposa. O tipo do “caput” exige o dolo direto, o que não foi comprovado. Na denúncia consta a descrição da figura típica do §3º do artigo 180. A denúncia elenca circunstâncias em que o acusado deveria saber da origem espúria do bem. O fato do acusado afirmar que a moto era objeto de busca e apreensão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

não demonstra que conhecia a origem espúria do veículo. As circunstâncias expostas nas alegações da acusação demonstram que o acusado deveria saber que o bem não tinha origem lícita. No entanto não comprovam que este tinha plena ciência que o veículo era produto de furto. De rigor, portanto, a desclassificação. De qualquer sorte, o réu é primário, menor de 21 anos, devendo, pois, a pena ser fixada no mínimo legal, em regime inicial aberto, e posteriormente substituída por restritiva de direitos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ARIEL HENRIQUE GAMITO**, RG 41.803.042, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, “caput”, do Código Penal, porque no período compreendido entre os dias 21 de março de 2013 e 02 de abril de 2013, em horário e local incertos, nesta cidade e comarca de São Carlos, adquiriu e conduziu, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabia ser produto de crime, qual seja, uma motocicleta HONDA/CBX 250, placa DBT-5113, produto de furto no dia 21 de março de 2013, da vítima Bruno Goulart de Matos, apreendida e avaliada em R\$4.351,00. Apurou-se que, no período acima mencionado, Ariel dirigiu-se a pessoa até então desconhecida e adquiriu a HONDA/CBX 250, tendo plena ciência de sua origem espúria, uma vez que adquiriu o veículo de modo completamente diferente do regular, sem garantia de procedibilidade, sem certificar-se acerca da pessoa do vendedor, o que é comezinho nestes casos. Se não bastasse, a motocicleta estava ligada através de uma chave mixa e não tinha documentos. Ocorre que, na data dos fatos, Ariel conduziu a motocicleta até uma praça, onde a estacionou. Momentos depois, a polícia militar desconfiou da atitude do denunciado e procedeu a abordagem, ocasião em que ele identificou-se como proprietário. Em consulta, os milicianos desvendaram a origem criminoso do bem e conduziu Ariel à Delegacia de Polícia. Recebida a denúncia (fls. 120), o réu foi citado (fls. 124/125) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 127/129). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a desclassificação para o delito de receptação culposa. **É o relatório. DECIDO.** Com o réu foi apreendida uma motocicleta que era produto de furto (fls. 3/4 e 7/14). O réu confessou que comprou a moto de uma pessoa desconhecida, em uma feira, pela quantia de R\$1.000,00, sem questionar o vendedor ou dele receber qualquer documento relativo ao veículo (fls. 10 e nesta audiência). Imputou-se-lhe o delito de receptação dolosa por ter, segundo a denúncia, “plena ciência de sua origem espúria”, pela forma como fez a aquisição do veículo. Mesmo não tendo sido produzida prova no sentido de demonstrar que o réu sabia da origem criminoso da motocicleta que disse ter adquirido, de ver que nessa espécie de delito chega-se ao dolo em razão das circunstâncias em que ocorreu a aquisição. No caso dos autos o réu admitiu a compra por preço que achou “barato”. Tinha informação, segundo disse, que a situação do veículo era irregular (financiamento não quitado e com risco de apreensão). Este argumento não passa de justificativa para o valor insignificante que alegou ter sido o preço. O réu não soube informar e nem quis saber quem era o vendedor. Não recebeu qualquer documento do veículo, nem mesmo aquele que é necessário para transitar com o mesmo, o chamado de porte obrigatório. Não exigiu o veículo do valor pago. Todas essas circunstâncias evidenciam que o réu tinha pleno conhecimento que a motocicleta que alegou ter adquirido tinha procedência ilícita. Até mesmo existe a hipótese de ter sido o réu o autor do furto, o que justifica ainda mais o conhecimento da origem criminoso e, por conseguinte, a comprovação do dolo exigido. Por outro lado deve ser observado que em caso como o dos autos ocorre a inversão do ônus da prova, competindo ao réu provar a justificativa idônea que a levou acerca da compra do veículo. Por tudo isto a jurisprudência tem reconhecido o dolo através das circunstâncias que cercam a ocorrência dos fatos. E todas as circunstâncias que foram mencionadas a respeito da negociação deixam evidente que o acusado sabia que a motocicleta tinha origem ilícita. Por tudo isto, entendendo caracterizado o delito, impondo-se a condenação do réu. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA IMPOR PENA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

AO RÉU. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, que o réu é tecnicamente primário, posto que não respondia por outro processo quando os fatos foram cometidos, aplico-lhe desde logo a pena mínima de um ano de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva por inexistirem outras circunstâncias modificadoras. Presentes para a hipótese os requisitos do artigo 44 do CP, substituo a pena restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade. **CONDENO**, pois, **ARIEL HENRIQUE GAMITO** à pena de **um (1) ano de reclusão e dez (10) dias-multa, no valor mínimo, substituída a restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo**, por ter transgredido **o artigo 180, “caput”, do Código Penal**. Em caso de cumprimento da pena inicialmente imposta, fixo o **regime aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEF.:

RÉU: